## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ...., DE 2024.

(Da Sra. Júlia Zanatta)

Solicitação de informações detalhadas sobre o contrato firmado entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e a empresa R7 Facilities, no valor de R\$ 321 milhões.

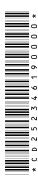
## Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal e nos art. 24, inciso V e § 2°, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito seja encaminhado à Senhora Ministra do Ministério da Gestão e da Inovação, **Esther Dweck**, sejam prestadas as seguintes informações acerca do contrato mencionado:

Diante desse quadro, julgamos necessário contar com os seguintes esclarecimentos:

- Cópia integral do contrato firmado entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e a empresa R7 Facilities, incluindo todos os anexos e aditivos.
- 2. Especificação dos serviços contratados, detalhando as atividades a serem desempenhadas pela R7 Facilities no âmbito do contrato.
- Critérios e justificativas para a escolha da R7 Facilities, incluindo informações sobre o processo licitatório ou eventual dispensa/inexigibilidade de licitação que resultou na contratação.
- 4. Análise de conformidade da empresa R7 Facilities com as exigências legais e regulamentares para a prestação dos serviços contratados.







## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

- Informações sobre eventuais investigações ou processos administrativos envolvendo a R7 Facilities, especialmente aqueles conduzidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), e as medidas adotadas pelo Ministério diante dessas investigações.
- 6. Mecanismos de fiscalização e controle estabelecidos pelo Ministério para assegurar a correta execução dos serviços contratados e a adequada aplicação dos recursos públicos.

A referida reportagem aponta que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos firmou um contrato no valor de R\$ 321 milhões com a empresa R7 Facilities, a qual estaria sob investigação da Controladoria-Geral da União (CGU). Diante da gravidade das informações veiculadas e visando assegurar a transparência na gestão dos recursos públicos, é imperativo que este Parlamento obtenha esclarecimentos detalhados sobre os termos da contratação, os critérios que levaram à escolha da empresa e as medidas de controle adotadas pelo Ministério.

Tal iniciativa busca garantir o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública.

Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 2025.

Deputada Federal Júlia Zanatta (PL/SC).



